

Nome do candidato: _____

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
- Contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:

A	☒	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Não há desenvolvimento sem proteção ambiental

O desastre de Brumadinho é uma boa oportunidade para refletir sobre uma visão muito disseminada no Brasil de que a proteção ambiental é um entrave ao desenvolvimento. Tem aumentado o número de pessoas que acreditam na ideia de que o Brasil deveria afrouxar as políticas ambientais como forma de acelerar a economia. Muitos acreditam que devemos desenhar políticas econômicas sem analisar suas consequências ambientais. Isso está profundamente equivocado.

Não há desenvolvimento sem proteção ambiental. Os livros textos de economia das melhores universidades do mundo já não falam mais de crescimento sem considerar os seus impactos ambientais, que no passado eram tratadas como simples “externalidades”. A visão de que o que importa é fazer o bolo crescer para depois dividir a renda e limpar a poluição está totalmente ultrapassada.

Na visão antiga, qualquer forma de produzir minério é boa porque faz a economia crescer, gerando empregos e isso basta. Não entra nessa perspectiva a análise do custo das vidas e da degradação ambiental de desastres como Brumadinho ou Mariana (este foi o maior da história do Brasil). Se os órgãos ambientais tivessem exigido maiores investimentos da Vale na segurança das barragens antes de conceder a licença, isso teria sido visto como um “entrave ambiental”.

O que ocorre quando há um afrouxamento do licenciamento ambiental é que, de fato, aumenta-se a margem de lucro das empresas, em função da redução dos custos. Isso é bom para as empresas e seus acionistas. Porém, quando ocorre um desastre ambiental, o que há é uma socialização dos prejuízos, que são pagos pela sociedade como um todo. Esse prejuízo ocorre na forma de morte de pessoas, traumas psicológicos, perdas de pertences pessoais, doenças, degradação dos rios e lagos, contaminação dos mananciais de água potável, destruição das florestas que mantém o regime de chuvas, a vazão dos rios e os insetos que polinizam as lavouras; dentre muitos outros. Portanto, interessa às empresas, mas não interessa à sociedade o afrouxamento do licenciamento ambiental.

Indo além das tragédias de Brumadinho e Mariana, podemos estender essa reflexão para o desenho de políticas econômicas e suas consequências ambientais. Dentro de uma visão convencional e simplista de economia, eliminar incentivos fiscais é positivo, pois reduz distorções do mercado e contribui para o aumento da competitividade. Essa visão está ultrapassada. É essencial considerar os impactos ambientais das políticas econômicas.

Tomemos o caso da Zona Franca de Manaus. Para muitos economistas com formação convencional os incentivos fiscais concedidos às empresas do Polo Industrial de Manaus são uma aberração a ser corrigida. Essa perspectiva simplista deixa de considerar que esse polo tem sido uma das políticas de proteção ambiental mais eficientes da Amazônia, ao concentrar a atividade econômica em Manaus e diminuir a dependência do estado do Amazonas na extração ilegal de madeira, desmatamentos ilegais, garimpo, grilagem etc. Isso contribuiu para o Amazonas manter mais de 97% de suas florestas em pé, assegurando a manutenção do regime de chuvas de todo o Brasil dentre outros benefícios. Portanto, atacar a Zona Franca de Manaus é contra os interesses da sociedade brasileira.

O trágico desastre de Brumadinho deve servir de alerta para toda a sociedade brasileira. Promover o desenvolvimento econômico às custas da destruição ambiental é burrice e é contrário ao interesse nacional. Não há desenvolvimento sem proteção ambiental. Devemos ter a competência de construir um estilo de desenvolvimento que seja, de fato, sustentável.

Virgílio Viana é engenheiro florestal pela ESALQ, Ph.D. pela Universidade de Harvard, ex-Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e superintendente da Fundação Amazonas Sustentável.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/15/opinion/1552674544_685747.

- 1- De acordo com as ideias defendidas pelo autor do texto, é possível afirmar que:
 - a) o desenvolvimento só ocorre com o afrouxamento do licenciamento ambiental.
 - b) o afrouxamento do licenciamento ambiental leva a sociedade a arcar com os prejuízos.
 - c) qualquer forma de produzir minério é boa porque faz a economia crescer.
 - d) as empresas não lucram sem o afrouxamento do licenciamento ambiental.
 - e) o afrouxamento do licenciamento ambiental interessa à sociedade.
- 2- Ao relacionar políticas econômicas e impactos ambientais, o autor do texto defende que:
 - a) eliminar incentivos fiscais é positivo.
 - b) uma visão convencional e simplista de economia é atual e pertinente.
 - c) eliminar incentivos fiscais é uma política rejeitada pela visão convencional.
 - d) uma visão convencional e simplista de economia é obsoleta.
 - e) políticas econômicas e questões ambientais não se relacionam.
- 3- Em “o que ocorre quando há um afrouxamento do licenciamento ambiental é que, de fato, **aumenta-se** a margem de lucro das empresas, em função da redução dos custos”, o verbo aumentar, em destaque, faz concordância com:
 - a) afrouxamento.
 - b) licenciamento ambiental.
 - c) margem de lucro.
 - d) empresas.
 - e) redução de custos.
- 4- Em “a visão de que o que importa é **fazer o bolo crescer** para depois dividir a renda e limpar a poluição está totalmente ultrapassada”, a expressão em destaque possui valor semântico de:
 - a) ironia.
 - b) comparação.
 - c) hipérbole.
 - d) metáfora.
 - e) antítese.
- 5- Considere o trecho a seguir: “**Portanto**, interessa às empresas, **mas** não interessa à sociedade o afrouxamento do licenciamento ambiental”. As expressões em destaque, respectivamente, dão ideia de:
 - a) adversidade e finalidade.
 - b) explicação e conclusão.
 - c) conclusão e adversidade.
 - d) conclusão e finalidade.
 - e) adversidade e concessão.
- 6- “**Portanto**, atacar a Zona Franca de Manaus é contra os interesses da sociedade brasileira”. O conectivo em destaque pode ser substituído, sem variação do sentido empregado no texto, por:
 - a) embora.
 - b) contudo.
 - c) mas.
 - d) entretanto.
 - e) logo.
- 7- Leia com atenção:

*“Os livros textos de economia das melhores universidades do mundo já não falam mais de crescimento sem considerar os seus impactos ambientais, que no passado eram **tratadas** como simples ‘externalidades’”.*

Considerando a relação entre os elementos do texto e a expressão em estaque, podemos afirmar que o trecho em análise possui um erro de:

- a) Concordância nominal
 - b) Concordância verbal
 - c) Coerência textual
 - d) Regência nominal
 - e) Regência verbal
- 8- Assinale a alternativa que não representa um dos prejuízos causados por desastres ambientais segundo o texto:
- a) vazão dos rios.
 - b) destruição das florestas.
 - c) Morte de pessoas.
 - d) degradação dos rios e lagos.
 - e) Perdas de pertences pessoais.
- 9- “Esse prejuízo ocorre na forma de morte de pessoas, traumas psicológicos, perdas de pertences pessoais, doenças, degradação dos rios e lagos, contaminação dos mananciais de água potável, destruição das florestas **que** mantém o regime de chuvas, a vazão dos rios e os insetos que polinizam as lavouras; dentre muitos outros.”. O elemento retomando pelo pronome destacado no trecho anterior é:
- a) contaminação.
 - b) água potável.
 - c) destruição.
 - d) mananciais.
 - e) florestas.
- 10- O uso do acento indicador de crase em “portanto, interessa às empresas, mas não interessa à sociedade o afrouxamento do licenciamento ambiental” explica-se, nos dois casos, pelas regras de:
- a) concordância nominal.
 - b) regência nominal.
 - c) regência verbal.
 - d) concordância verbal.
 - e) regência verbal e nominal respectivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Os biocombustíveis são combustíveis renováveis derivados de matéria prima biológica, e incluem o bioetanol ou simplesmente etanol, o biodiesel e o biogás (metano). Destes o etanol é o biocombustível mais utilizado e cuja produção mais cresce no mundo. Qual das afirmativas abaixo sobre os biocombustíveis está ERRADA:
- a) Os maiores produtores mundiais de etanol são Estados Unidos (16,1 bilhões de barris), Brasil (16 bilhões de barris) e China (3,8 bilhões de barris).
 - b) O etanol é produzido principalmente a partir da cana-de-açúcar (Brasil) e milho (EUA), embora possam ser usados outros insumos, incluindo gramíneas, resíduos da agricultura e resíduos municipais.
 - c) A reciclagem de óleos vegetais para a produção de biodiesel pode reduzir a poluição do óleo descartado e apontar uma nova maneira de transformar resíduos em energia.
 - d) O biodiesel é um combustível produzido a partir de óleo vegetal proveniente de soja, dendê, sementes de girassol e outros óleos vegetais. Óleos de cozinha e gorduras de origem animal não podem ser utilizados para produção de biodiesel.

- e) Apenas a produção a partir da cana-de-açúcar e do milho são economicamente viáveis atualmente, com grande vantagem para o processo a partir da cana, onde a etapa de conversão do amido em açúcares não é necessária.
12. A Energia Hidrelétrica é uma fonte primária da natureza na forma de energia mecânica em um rio com quedas naturais e ou quedas artificiais proporcionadas pela construção de barragens. Dentre as características apresentadas abaixo, qual não é aplicável a Energia Hidrelétrica.
- a) É considerada renovável devido ao ciclo chuva-vazões dos rios-evaporação-chuva, e limpa por que a transformação energética, da forma mecânica para eletricidade, não polui a atmosfera com emissões de gases.
 - b) Apresentam a vantagem de ter um período de operação (vida útil) muito superior aos 30/50 anos adotados nas avaliações econômicas.
 - c) Ela tem níveis muito elevados de confiabilidade e durabilidade, e eficiente, demanda pequenas despesas de operação e manutenção, bem como possui a capacidade de ser “armazenada”.
 - d) A independência em relação aos combustíveis fósseis torna esta fonte praticamente insensível as flutuações do preço do petróleo.
 - e) Esse tipo de geração de energia é feito por meio de uma estrutura que interage com o movimento do mar, convertendo a energia em eletricidade por meio de sistemas hidráulicos, mecânicos ou pneumáticos.
13. Em relação ao papel da energia renovável na minimização dos conflitos por energia, Branco e Khair (2010), apontam a emergência de fenômenos contemporâneos relacionados a atividade energética e a observância de suas consequências no desenvolvimento econômico e na estabilidade política dos países. São aspectos que impactam a percepção de segurança energética, EXCETO.
- a) O potencial esgotamento das reservas de petróleo fóssil em contraponto ao seu consumo contínuo pelas nações.
 - b) O aumento do preço do petróleo em descompasso com a baixa inflação do mercado.
 - c) A garantia incerta de fornecimento de petróleo devido à instabilidade política nas principais regiões produtoras no mundo.
 - d) A adoção de medidas para redução da poluição advindas do consumo dos combustíveis, com vistas a preservação do meio ambiente.
 - e) A relação entre as alterações climáticas e a dependência de energias não renováveis, não são aspectos impactantes no que diz respeito a segurança energética de um país que busca diversificar sua matriz de produção.
14. Segundo a Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas – PNMC, estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos legais que visam à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos. Para os fins previstos nesta Lei, são aplicadas as seguintes definições, EXCETO:
- a) Adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
 - b) Vulnerabilidade: grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.
 - c) Mitigação: mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

- d) Gases de efeito estufa: constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha.
- e) Impacto: os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais.
- 15) Em relação aos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, analise as alternativas e marque a opção correta.
- Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico;
 - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos naturais;
 - Educação ambiental em todos os níveis de ensino;
 - Controle e zoneamento de todas as atividades potencialmente poluidoras.
- Todas as alternativas estão corretas.
 - Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - Somente as alternativas I e III estão corretas.
- 16) Em relação aos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, analise as alternativas e marque a opção correta.
- Estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo dos recursos ambientais;
 - Preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional;
 - Imposição ao poluidor, da obrigação de recuperar danos causados
 - Extinção dos lixões à céu aberto, e adoção imediata de aterros sanitários.
- Todas as alternativas estão corretas.
 - Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - Somente as alternativas I e III estão corretas.
- 17) Marque a alternativa que não corresponde ao conteúdo da Política Nacional do Meio Ambiente.
- Os órgãos e entidades da União, dos Estados, Territórios e Municípios fazem parte do SISNAMA, e são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.
 - A estrutura do SISNAMA consiste em vários órgãos ambientais, como o Conselho de Governo, o CONAMA, a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA, ICMBio, órgãos estaduais e municipais.
 - Estados e municípios devem obedecer às leis federais, não havendo autonomia dessas entidades no sentido de elaborar normas supletivas ou complementares.
 - Órgãos seccionais são entidades estaduais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades com potencial de degradação ambiental, em sua jurisdição.
 - Os órgãos locais podem fazer a fiscalização e controle de atividades potencialmente poluidoras nos municípios brasileiros.
- 18) Em relação ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), é incorreto afirmar que:
- Possui autonomia total para estabelecer normas e critérios de licenciamento ambiental.
 - Pode determinar a perda ou restrição de benefícios fiscais de empresas que não cumpram com as obrigações ambientais.
 - Estabelecer normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.
 - Estabelecer normas, critérios e padrões para o uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

- e) Determinar perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
- 19) O instrumento ou termo de instituição de servidão ambiental deve conter no mínimo, as seguintes informações:
- a) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, escritura do terreno, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental e direitos e deveres do proprietário.
 - b) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental e certidão negativa do proprietário do terreno.
 - c) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental e Licenciamento ambiental do empreendimento que contém a área de servidão ambiental.
 - d) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, direitos e deveres do proprietário, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.
 - e) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, direitos e deveres do proprietário, prazo durante o qual a área será utilizada para fins econômicos de extração florestal.
- 20) A Política Nacional do Meio Ambiente se refere à exigência de licenciamento ambiental para atividades que utilizam recursos ambientais ou que possuam potencial de poluição comprovado. Em relação à esse aspecto da lei é incorreto afirmar que
- a) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, escritura do terreno, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental e direitos e deveres do proprietário.
 - b) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental e Licenciamento ambiental do empreendimento que contém a área de servidão ambiental.
 - c) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, direitos e deveres do proprietário, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.
 - d) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, objeto da servidão ambiental, direitos e deveres do proprietário, prazo durante o qual a área será utilizada para fins econômicos de extração florestal.
 - e) Memorial descritivo da área de servidão ambiental, direitos e deveres do proprietário, prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental e estudo de impacto ambiental realizado por empresa especializada.
- 21) De acordo com a resolução Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, cita em seu Artigo 3º- A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. **MARQUE A OPÇÃO CORRETA SOBRE O PARÁGRAFO ÚNICO:**
- a) Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento;
 - b) Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento;
 - c) Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.
 - d) Parágrafo único. O órgão ambiental competente, não irá verificar se a atividade ou empreendimento é potencialmente causador de impacto ambiental;

- e) Parágrafo único. Não cabe ao órgão ambiental competente verificar que a atividade ou empreendimento é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente;

22) Segundo Art. 14 da Resolução 237 do CONAMA, O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares. Observando os seguintes prazos:

- a) De 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.
- b) De 12 (doze) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.
- c) De 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 18 (dezoito) meses.
- d) De 12 (doze) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 18 (dezoito) meses.
- e) De 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 18 (dezoito) meses.

23) Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

- a) I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- b) I - Licença Prévia (LP) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
- c) III - Licença de Operação (LO) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
- d) II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;
- e) III - Licença de Operação (LO) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

24) De acordo com a resolução Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor. A opção correta sobre o parágrafo único:

- a) Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.
- b) Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo não serão responsabilizados pelas informações apresentadas;

- c) Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, entretanto não estão sujeitados às sanções administrativas, civis e penais;
- d) Parágrafo único – Cabe ao órgão ambiental a responsabilidade pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais;
- e) Parágrafo único – Nem o órgão ambiental nem o empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo não serão responsáveis pelas informações apresentadas, nem sujeitos às sanções administrativas, civis e penais.

25) De acordo com a Resolução 237, de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, o prazo de validade da Licença Prévia (LP) não poderá ser:

- a) superior a 5 anos
- b) inferior a 5 anos
- c) superior a 6 anos
- d) inferior a 6 anos
- e) superior a 3 anos

26) De acordo com a Resolução 237, de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, complete a frase: O prazo de validade da Licença de Operação (L.O) é de _____, devendo sua renovação ser requerida com antecedência mínima de _____ dias antes de expirar o seu prazo de validade.

- a) no mínimo, 5 anos e, no máximo, 8 anos; 120 dias.
- b) no mínimo, 5 anos e, no máximo, 8 anos; 200 dias.
- c) no mínimo, 4 anos e, no máximo, 10 anos; 200 dias.
- d) no mínimo, 4 anos e, no máximo, 10 anos; 120 dias.
- e) no mínimo, 3 anos e, no máximo, 10 anos; 120 dias.

27) Segundo a Resolução 237, de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, o órgão ambiental competente pode cancelar uma licença ambiental expedida quando ocorrer:

- I – ausência de audiência pública;
- II – falta de pagamento das custas do procedimento de licenciamento;
- III – omissão de informações relevantes que servem de base para expedição da licença;
- IV – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

- a) I, II e IV
- b) III e IV
- c) II e III
- d) Todas estão erradas
- e) Todas estão corretas

28)- É possível o Ibama delegar sua competência de licenciamento ambiental? Em caso afirmativo, para quem?

- a) A competência do Ibama é indelegável.
- b) Sim, aos Estados ou Municípios, desde que um deles expressamente o determine.
- c) Sim, aos Estados ou Municípios, desde que um deles expressamente o requeira.
- d) Sim, aos Estados ou Municípios, desde que a atividade não seja de âmbito nacional.
- e) Sim, aos Estados, desde que se trate de licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental.

29) A Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil. Sua implementação representou um marco para a gestão dos recursos hídricos no país. Dentre as opções abaixo, **marque**

a opção que contém corretamente os fundamentos (Art. 1º) em que se baseia a Política Nacional de Recursos Hídricos.

- I. A água é um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico.
 - II. A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
 - III. A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
 - IV. A água é um bem de domínio público.
 - V. A gestão de recursos hídricos deve ser integrada à gestão ambiental e ao uso do solo.
 - VI. A Política Nacional de Recursos Hídricos deve assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.
- a) I, II, III
 - b) I, III, VI
 - c) II, IV, V
 - d) II, III, IV
 - e) IV, V, VI

30) A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como objetivos reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar a racionalização e obter recursos financeiros para o financiamento de programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. Com relação à cobrança, segundo a Lei Nº 9.433/97 é correto afirmar que:

- a) Todos os usos da água estão sujeitos à outorga e à cobrança.
- b) Os valores a serem cobrados por captações, derivações e extrações de água dos corpos hídricos devem ser observados a partir dos volumes retirados e do regime de variação.
- c) No lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, a cobrança deve ser feita baseada nos volumes lançados no seu regime de variação.
- d) Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados unicamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.
- e) As despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades administrativas do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos é de responsabilidade dos Governos Federal e Estaduais, com os valores arrecadados pela cobrança devendo ser aplicados somente nos itens contemplados pelos planos de recursos hídricos.

31) As Agências de Água exercem a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, tendo a mesma área de atuação desses comitês. Com relação ao disposto na Política Nacional de Recursos Hídricos sobre as Agências de Água, assinale a afirmação incorreta:

- a) A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.
- b) A Agência de Água deve manter o cadastro de usuários de recursos hídricos em sua área de atuação.
- c) A outorga de direito de uso dos recursos hídricos na área de atuação do Comitê ou dos Comitês de Bacia Hidrográfica é de responsabilidade da Agência de Água por eles solicitada.
- d) Os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos na área de atuação deve ser proposto pela Agência de Água ao respectivo ou respectivos Comitês.
- e) Compete às Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

32. A Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, estabelece infrações e penalidades para o não cumprimento das normas de utilização dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos. Assinale o item que apresenta uma afirmativa incorreta com relação às infrações e penalidades estabelecidas:

- a) Utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga constitui infração passível de multa.

- b) Poços para extração de água subterrânea, mesmo em propriedade privada, requerem autorização para perfuração e operação. A outorga pelo Poder Público só é dispensada em caso de insignificância de vazões ou volumes ou para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais rurais.
- c) Constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.
- d) Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.
- e) Em caso de reincidência, não há aplicação de multa, mas embargo definitivo, com revogação da outorga de direito de uso.

33) No amplo contexto social, econômico e ambiental do século XXI, alguns problemas e processos são considerados as causas principais das “crises de água”. Assinale a afirmativa incorreta com relação a essas causas:

- a) Estresse e escassez de água em muitas regiões do planeta são razões exclusivamente de características naturais do local, como o Nordeste Brasileiro e seu clima semiárido e Israel com suas regiões de clima desértico.
- b) Intensa urbanização, aumentando a demanda pela água, ampliando a descarga de recursos hídricos contaminados e com grandes demandas de água para abastecimento e desenvolvimento econômico e social.
- c) Infraestrutura pobre e em estado crítico, em muitas áreas urbanas com até 30% de perdas na rede após o tratamento das águas.
- d) Problemas na falta de articulação e falta de ações consistentes na governabilidade de recursos hídricos e na sustentabilidade ambiental.
- e) Problemas de estresse e escassez em razão de mudanças globais com eventos hidrológicos extremos aumentando a vulnerabilidade da população humana e comprometendo a segurança alimentar (chuvas intensas e período intensos de seca).

34) Segundo especialistas, a crise da água no século XXI é muito mais de gerenciamento do que uma crise real de escassez e estresse. Entretanto, para outros especialistas, é resultado de um conjunto de problemas ambientais agravados com outros problemas relacionados à economia e ao desenvolvimento social. Com relação aos problemas e soluções dos recursos hídricos no futuro, assinale a afirmação correta:

- a) Serviços como regulação dos ciclos, controle do clima, abastecimento de água, produção de energia e alimentos devem ser a base para uma nova abordagem na gestão e governança dos recursos hídricos. A capacitação de gestores deve ser avançada nesse sentido: gerenciamento integrado, preditivo e em nível de bacia hidrográfica é o que deve ser a base dessa capacitação.
- b) Atualmente, na maioria dos países, continentes e regiões, a água consumida na agricultura é de cerca de 70% da disponibilidade total. Os usos da água incluem uma excessiva utilização para irrigação a partir de águas superficiais. Com o esgotamento dessa fonte, a preocupação no futuro será a extração de águas subterrâneas e a diminuição da reserva dos aquíferos.
- c) Extremos hidrológicos e o aumento da contaminação dos recursos hídricos deverão atuar nas economias regionais, tendo como consequência profundas alterações na economia dependente da disponibilidade e demanda dos recursos hídricos. A solução para o enfrentamento das consequências dos efeitos das mudanças globais nos recursos hídricos é impedir que esses fenômenos ocorram, promovendo melhor governança em nível de bacias hidrográficas.
- d) A gestão de suas bacias hidrográficas é de responsabilidade de cada país. O desenvolvimento da gestão de bacias hidrográficas tem sido objeto de discussões, análises, propostas e algumas ações, não havendo cooperação internacional para resolver os problemas comuns de disponibilidade. O desenvolvimento da cooperação internacional deve ser incentivado no futuro para que as parcerias possam promover soluções conjuntas em bacias internacionais.
- e) A revitalização de rios, lagos e represas em muitas regiões do Brasil, é considerada um elemento crítico pelos investimentos a serem feitos sem retorno econômico para a região.

35) Para os efeitos da Lei no 12.305/2010 entende-se por área órfã contaminada a área

- a) contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.

- b) contaminada cujos responsáveis pela destinação tenham sido identificados, porém não foram responsabilizados.
- c) contaminada cujos responsáveis pela contaminação tenham sido identificados juntamente com os contaminantes.
- d) com potencial para ser contaminada cujos responsáveis pela destinação dos contaminantes ainda não tenham sido identificados e responsabilizados.
- e) com potencial para ser contaminada cujos responsáveis pela contaminação tenham realizado acordo setorial sobre a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto contaminante.

36) Assinale a alternativa correta. Segundo a Lei 12.305/10, “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”, é a definição de:

- a) Logística reversa;
- b) Coleta seletiva;
- c) Gerenciamento de resíduos sólidos;
- d) Reciclagem;
- e) Acordo setorial.

37) Sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta.

- a. Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, fica dispensada a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- b. Um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- c. Os sistemas de logística reversa serão implementados e operacionalizados por meio dos seguintes instrumentos: acordos setoriais, termos de compromisso e termos de ajustamento de conduta.
- d. Os acordos setoriais firmados com menor abrangência geográfica podem abrandar as medidas de proteção ambiental constantes dos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.
- e. Os consumidores, em suas residências, definirão os procedimentos para o acondicionamento adequado e a disponibilização dos resíduos sólidos objeto da coleta seletiva.

38) No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos, embalagens e componentes a estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Considerando essas informações, avalie as asserções a seguir.

I O retorno de embalagens e produtos pós-consumo a seus fabricantes e importadores objetiva responsabilizar e envolver, na gestão ambiental, aquele que projeta, fabrica ou comercializa determinado produto e lucra com ele.

II Fabricantes e importadores responsabilizados, inclusive financeiramente, pelo gerenciamento no pós-consumo são estimulados a projetar, manufaturar e comercializar produtos e embalagens menos poluentes e danosos ao meio ambiente e, sendo os que melhor conhecem o processo de manufatura, os fabricantes são os mais indicados para gerenciar o reprocessamento e reaproveitamento de produtos e embalagens. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e. As asserções I e II são proposições falsas.

39. Em relação aos objetivos trazidos pela Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, considere:

I Não geração, aumento, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

II Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

III Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

IV Redução do volume e da periculosidade dos resíduos não perigosos.

V Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.

Dos itens acima, estão corretos apenas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) II, IV e V.
- e) II, III e V.

40. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. De acordo com o artigo 5º dessa lei, são objetivos fundamentais da Educação Ambiental, EXCETO:

- a) estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.
- b) fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia.
- c) incentivo à negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área ambiental.
- d) estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- e) fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.